
EDUCAÇÃO E CRISE

DA AUTORIDADE

NA PERSPECTIVA

DE HANNAH ARENDT

Susie Amâncio Gonçalves de Roure*

Resumo: o presente artigo visa estabelecer uma reflexão sobre a concepção de autoridade que se constrói para a educação. Interessa, em especial, compreender a sua trajetória a partir da modernidade, numa perspectiva que permita analisar os nexos que se estabelecem entre a autoridade do educador e o sentido geral de autoridade. Para tanto, parte das reflexões de Hannah Arendt sobre os fatores envolvidos na perda do sentido da autoridade e a sua crise na educação.

Palavras-chave: *autoridade, educação, educador.*

Nos sentidos de educação que se configuram a partir da modernidade, percebe-se que, a par de preparar o indivíduo para o conhecimento e para o domínio das técnicas e informações necessárias à manutenção da vida produtiva, a formação desenvolvida no âmbito da família e da escola visa, de modo especial, habilitá-lo para o convívio social e para a adequação às normas coletivas, num processo que envolve a internalização de princípios morais e éticos.

O processo educativo passa a representar a condição por meio da qual o indivíduo se constitui como ser autônomo, livre, capaz de pensar e de agir por si mesmo, ao mesmo tempo em que deve assegurar que os acordos sociais sejam mantidos. Portanto, junto ao intuito de promover o desenvolvimento individual, família e escola atuam como importantes instâncias de produção e reprodução das relações sociais, na medida em que cooperam para o estabelecimento de vínculos sociais e para o acatamento das leis às quais esses vínculos encontram-se sujeitos. A educação encerra relações que visam estabelecer ao mesmo tempo a obediência a algum tipo de autoridade e as condições para o desenvolvimento da autonomia.

Esses objetivos se expressam de modo dicotômico no pensamento que se articula à modernidade e que ressoa na educação contemporânea. Dentro de suas especificidades e sustentadas em distintas matrizes teóricas, áreas de conhecimento, como a filosofia, a sociologia e a psicologia, permitem detectar a tensão que se insere entre os sentidos de autoridade e de autonomia na condução do processo formativo do sujeito e na compreensão dos parâmetros da ação do educador. De fato, muitas são as abordagens que, apresentando diferentes concepções de infância, de socialização, de desenvolvimento e de aprendizagem, polarizam as noções de indivíduo e sociedade, de liberdade e moralidade, de autonomia e contrato social, tornando controversa a questão da autoridade.

Dentre as dificuldades que se apresentam à vida pública no mundo moderno, destaca-se a relação do indivíduo em formação com o conhecimento e os princípios normativos já instituídos pela sociedade. A questão da educação, afora as inúmeras demandas a que responde e os problemas que enfrenta, abarca a tensão entre os limites de legitimidade da tradição e da erupção das novas formas de atuar no mundo e de compreendê-lo.

As formulações de Arendt (2001) reportam à problemática da autoridade no pensamento político da modernidade, permitindo vislumbrar uma relação entre as condições objetivas que se estabelecem a partir da Ilustração e os marcos da negação e da crise da autoridade.

Para a autora, a história da sociedade expressa as mudanças no significado da autoridade e demonstra como as sucessivas perdas da tradição, do respeito às referências do passado e da noção de vida em comum atuam na constituição de sua própria crise. Conforme acredita, a forma de ver, de investigar e de organizar a vida social no mundo industrializado caminham em sentido contrário às noções que permitem a compreensão do conceito. Sem dúvida, ao se voltar para as questões ligadas ao totalitarismo e à banalização da barbárie na primeira metade do século XX, Arendt detecta os movimentos de conversão da autoridade em outro tipo de manifestação das relações de poder, que subverte o seu conceito.

Suas concepções ensejam uma compreensão do que seja autoridade em confronto com as noções de autoritarismo, violência e persuasão. Categorizada como uma instância de poder, representação de uma hierarquia e expressão da relação de mando e obediência, a autoridade é assegurada como uma ação legítima, ainda que temporária, na qual os

indivíduos mais maduros e desenvolvidos guiam aqueles que ainda devem conquistar essa maturidade em sua relação com o mundo. No limite, a autoridade é um fundamento a partir do qual a sociedade engendra processos educativos que, por sua vez, resguardam a sobrevivência do mundo e dos homens ao mesmo tempo em que estabelecem bases possíveis para as necessárias transformações da realidade.

Arendt considera não ser mais possível ao homem saber o que a autoridade é. Em sua visão, mais prudente seria tentar compreender o que ela foi, dado que, ao perder o sentido do passado, da tradição e de público, “daquilo que é comum a todos e que os congrega”, o próprio termo da autoridade se vê envolto por “controvérsia e confusão” (ARENDDT, 2001, p. 127). Sem essas referências seu conceito se esvanece.

Segundo Arendt, em muitos momentos, por exigir a obediência, o termo pode ser confundido com poder ou violência. Mas, segundo entende, onde há necessidade do uso da força é porque a autoridade já não mais existe. Assim como não pode ser tomada por mecanismos de persuasão, pois o uso do argumento pressupõe igualdade e, nessas condições, “a autoridade é colocada em suspenso”. Se a noção de autoridade pode ser definida pelo que ela não é, pode-se dizer que ela se constitui “tanto em contraposição à coerção pela força como à persuasão através de argumentos” (ARENDDT, 2001, p. 129).

A noção de atributo ou habilidade pessoal, como a base constitutiva do sentido de autoridade enquanto persuasão, não permite apreender as dinâmicas relações políticas, sociais e simbólicas imbricadas nas ações de poder e nos processos culturais de legitimação desse poder. Ademais, todas as definições acima apresentadas não podem ser sumariamente descartadas como elementos constitutivos, também, do autoritarismo. Se os conceitos de autoridade e de autoritarismo são excludentes, o que se apresenta como o cerne de seu significado?

Segundo Arendt, as transformações que engendram a modernidade introduzem novos modelos econômicos, sociais e políticos, e operam igualmente mudanças substanciais no espírito humano. A tentativa de desencantar o mundo e de consolidar o novo modelo econômico e social requer que as relações humanas se estabeleçam sob a perspectiva da razão, da ciência e do direito, o que no limite implica a rejeição do senso comum, da linguagem comum, da religião e da metafísica, com suas verdades comuns e com seus valores universais.

Os decorrentes movimentos de ruptura dos mecanismos de poder e a posterior secularização do mundo e da razão diluem o conceito de autoridade, conforme estabelecido. Os nexos históricos e teóricos das revoluções que marcam a inserção no espírito moderno se mobilizam no sentido de estabelecer novas bases para a constituição e ordenação do estado-nação e, portanto, novos sentidos de autoridade.

Nesse sentido, a trajetória dos eventos constitutivos da modernidade que culminam com a Revolução Industrial inverte “a prioridade da razão sobre o agir e da prescrição mental de regras sobre as ações dos homens” (ARENDDT, 2001, p. 68). A “intercambiabilidade” e a “permutabilidade” de valores e de idéias tornam-se as características mais estáveis do novo homem socializado, mobilizado pela idéia de progresso e transformação. O que perpetua a existência não é mais a contemplação e a observância das verdades eternas, mas a ação humana, contínua e gradualmente mobilizada para a transformação de si mesmo e do mundo.

O conhecimento que revoluciona encontra-se posto, sempre, na perspectiva da ciência, da evolução tecnológica e de um presente que se projeta exclusivamente na aspiração de desenvolvimento. As antigas referências de saber – o conhecimento tradicional do passado – tornam-se insipientes diante da emergência de um futuro cujas promessas se assentam na premissa incansável da mudança pelo fazer humano.

Ao homem cabe, agora, o domínio da natureza e da história, através de um conhecimento que se constitui sob as exigências funcionais da nova sociedade. Nesses termos, a realidade e a história deixam de ter existência e sentido em si mesmas e passam a se constituir conforme “o significado e a lei preconcebidos pelo homem” (ARENDDT, 2001, p. 122). “Todos os processos da terra e do universo” se revelam como sendo “feitos pelo homem ou potencialmente produzidos por ele” (ARENDDT, 2001, p. 126). O utilitarismo e o pragmatismo passam a nortear a compreensão do mundo das coisas e dos homens e, na medida em que as demandas dessa nova forma de organização social se rearticulam, as verdades comuns e a vida comum também tornam-se relativas. Em sua concepção:

Sem testamento ou, resolvendo a metáfora, sem tradição – que selecione e nomeie, que transmita e preserve, que indique onde se encontram os tesouros e qual seu valor – parece não haver nenhuma continuidade consciente no tempo, e portanto, huma-

namente falando, nem passado nem futuro, mas tão-somente a sempiterna mudança do mundo e o ciclo biológico das criaturas que nele vivem (ARENDT, 2001, p. 31).

Por decorrência, a existência humana reduz-se ao presente, ao imediato e ao seu papel funcional no mundo produtivo. Os princípios da fabricação e da artificialidade passam a impor-se sobre os processos naturais assim como sobre os assuntos humanos, as concepções de homem e de mundo se fragmentam, desintegrando também a noção de pluralidade e vida comum.

Essa dupla perda do mundo – a perda da natureza e a perda da obra humana no senso mais lato, que incluiria a história – deixou atrás de si uma sociedade de homens que, sem um mundo comum que a um só tempo os relacione e separe, ou vivem em separação desesperadamente solitária ou são comprimidos em massa. Pois uma sociedade de massas nada mais é que aquele tipo de vida organizada que automaticamente se estabelece entre seres humanos que se relacionam ainda uns com os outros mas que perderam o mundo outrora comum a todos eles (ARENDT, 2001, p.126).

Nesse aspecto, a destruição das tradições e do sentimento de vida em comum significa a ruptura do “fio” que guia o homem com segurança através “dos vastos domínios do passado” (ARENDT, 2001, p. 130). Não existem ritos comuns, leis ou verdades eternas que subsistam ao escrutínio da ciência ou à evolução dos meios produtivos. Se o mundo é uma realidade que se cria a cada geração e que se submete à ação do indivíduo, os elementos portadores desse mundo anterior e de seus conhecimentos tornam-se destituídos de validade e legitimidade.

Para Arendt, portanto, o mundo moderno parece não estar em condições de compreender o que a autoridade é. Tal impossibilidade repousa, em especial, no fato de que ao indivíduo escapa a compreensão de conceitos que envolvam a perspectiva de pluralidade e universalidade. O mundo e o próprio homem constituem-se concepções vulneráveis diante das necessidades sempre em movimento e apresentam-se como representações fragmentadas, dado que a idéia de homem se reduz a indivíduo particular e a noção de ser se perde ante a prioridade do ter. Entende, pois, que a crescente alienação do mundo “conduziu

a uma situação em que o homem, onde quer que vá, encontra apenas a si mesmo” (2001, p. 125). A perda das referências, dos valores e das experiências comuns encerra o indivíduo numa existência privada, isolada, que se pauta fundamentalmente na competitividade e na satisfação imediata de necessidades também imediatas.

Na visão de Arendt, destituído do caráter público que lhe é intrínseco, o próprio conceito de liberdade passa a ser entendido apenas no âmbito da vontade e dos desejos privados, constituindo-se a autoridade como sua antítese. As formas de governo e as relações sociais passam a ser mediatizadas por interesses que resvalam, respectivamente, para a tirania e para o autoritarismo, pois como a liberdade só se realiza no mundo interno, a autoridade adquire um sentido imediato e abstrato, voltada apenas para a manutenção das relações de poder.

Assim sendo, no entendimento de Arendt, as revoluções do século XX terminaram em “restauração ou em tirania”. A autoridade, cujo conceito se estabelece a partir da filosofia grega e da experiência romana, não se instituiu em lugar algum. Desvinculado das noções de respeito às tradições, à história e à cultura coletivas e destituído da referência do passado, o sentido de autoridade também escapa à experiência política e social da modernidade. Nessa perspectiva, afirma:

Viver em uma esfera política sem autoridade nem a consciência concomitante de que a fonte desta transcende o poder e os que o detém, significa ser confrontado de novo, sem a confiança religiosa em um começo sagrado e sem a proteção de padrões de conduta tradicionais e portanto auto-evidentes, com os problemas elementares da convivência humana (ARENDR, 2001, p. 186-7).

Dentre as dificuldades que se apresentam na esfera da convivência social, destaca-se o aspecto da relação do indivíduo em formação com o conhecimento e os princípios normativos já constituídos pela sociedade. A questão da educação, afora as inúmeras demandas a que responde e os profundos problemas que enfrenta, finda por abarcar a tensão entre os limites de legitimidade da tradição e da erupção do novo.

Em sua visão, introduzir a criança no processo coletivo da vida implica uma relação educativa que se caracteriza, dentre outras coisas, pela diferença de grau de maturidade e certa hierarquia que, ainda assim, devem assegurar que os princípios da liberdade e da igualdade políticas sejam preservados.

Mesmo no âmbito da educação familiar, é possível verificar os efeitos da crise da autoridade que se abate sobre o mundo moderno. Tida como uma necessidade natural que, inclusive, serviu de parâmetro para a compreensão do sentido político e público das relações de hierarquia e poder, a autoridade dos pais passa a ser vista como uma ameaça à autonomia, autoria e criatividade da criança, sendo considerada, em muitos momentos, um entrave ao desenvolvimento das mudanças e à consolidação do novo¹.

A excessiva valorização do novo produz sérias conseqüências para a educação no século XX, na medida em que se sustenta na idéia de que “existe um mundo da criança e uma sociedade formada entre crianças, autônomos e que se deve, na medida do possível, permitir que elas governem” (ARENDDT, 2001a, p. 230, sic). Sobre o pretexto de libertar a criança do jugo do adulto, a autoridade é transferida para as negociações no interior do grupo infantil. No entanto, ao migrar para os grupos de iguais, “a autoridade da maioria” pode tornar-se tão ou mais tirânica do que poderia se mostrar na relação com o pai ou com o professor. O grupo infantil também está sujeito ao jogo de forças entre vontades e necessidades individuais, envolvendo perspectivas como influência, persuasão e controle de uns sobre outros².

Arendt, nesse sentido, relaciona a crise da educação moderna à crise da autoridade sem estabelecer uma relação de causa e efeito. Para ela, as teorias que se centram na ação da criança e a isolam em grupos de iguais repercutem, na ausência da autoridade, o estranhamento e a insatisfação do homem moderno para com o seu próprio mundo. Desincumbido da tarefa de ensinar e de instruir, da responsabilidade pelo mundo que aí está, e impotente diante da própria realidade, o educador repassa para o futuro, expresso na educação da criança, a possibilidade de ação e de enfrentamento dos dilemas humanos (ARENDDT, 2001a, p. 246).

Deve-se destacar a sua observação, nesse mesmo texto, quanto ao pretenso ideal de democracia e cooperatividade reputado às relações exclusivas entre crianças. Ao se contrapor à idéia de que o mundo infantil está isento de manifestações de poder, de persuasão e de violência, a autora confronta a tese da inocência e da moralidade inatas. Ademais, mostra que a autoridade que surge no interior do grupo de iguais pode se mostrar tão ou mais autoritária do que a ordem estabelecida pelo adulto. Assim como as relações entre educadores e educandos podem se converter em tirania, a ausência de uma figura de autoridade, para além das

implicações de um possível abandono da ação educativa, pode oportunizar a eclosão de relações coercitivas entre as próprias crianças.

A educação para o novo requer, além do aspecto de manter a criança reduzida ao seu próprio mundo, que o processo de formação se movimente do lugar do ensino do professor para a instância da aprendizagem auto-iniciada da criança. Segundo a autora, fertilizada pela influência dos princípios da Escola Nova, desenvolve-se a noção de que a aprendizagem só é possível pelo fazer, no sentido de uma ação da criança sobre o imediato. A perspectiva da experiência do outro e da referência do passado deve ser administrada de forma a não ameaçar o processo de construção individual do saber. Em decorrência, a fonte mais legítima da autoridade do educador, que é o fato de saber mais e poder fazer mais, perde a sua eficácia, pois, o que investe legitimidade à relação de autoridade é o mútuo reconhecimento da hierarquia.

Assim, entra em curso um outro aspecto da educação que é a responsabilidade de formar a criança para o mundo, que também precisa ser protegido e que não deve ser destruído e reconstruído a cada geração. Justamente pela condição inexorável da mortalidade humana, a permanência do mundo, de seus saberes e de alguns de seus valores torna-se garantia de sua perpetuação, assim como da própria humanidade. Como um estrangeiro que chega a uma terra desconhecida que lhe deve ser apresentada pelos antigos moradores, a criança deve conhecer o mundo pelas mãos daqueles que a precederam, sob pena de não sobreviver aos seus perigos. Em certo sentido, então, pais e professores devem proteger a criança do mundo. Provavelmente, esse constitui um dos primeiros momentos do processo educativo.

Segundo Arendt, ao educar, o adulto não pode prescindir de ensinar à criança o que o mundo é, de possibilitar-lhe apreender os elementos constitutivos de sua realidade. A premência da formação para o futuro, sustentada pelo pressuposto da ruptura com o passado e com as figuras de autoridade, pode inviabilizar a percepção dos elos que ligam os mais velhos aos mais jovens e da responsabilidade comum pela integridade e desenvolvimento da herança deixada pelas gerações anteriores. Nesse processo, o educador se apresenta não apenas como responsável pela criança, mas, sobretudo, pelo mundo que ela receberá. Essa “responsabilidade pelo mundo assume forma de autoridade” (ARENDR, 2001a, p. 239). Porém, sob condições que usurpam a legitimidade de seu papel, o educador renuncia à autoridade e, como conseqüência, a concepção de educação também perde uma parte substancial de seu sentido.

A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens. A educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las aos seus próprios recursos, e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso para a tarefa de renovar um mundo comum (ARENDDT, 2001a, p. 247).

Portanto, ao se deparar com a progressiva impotência do professor frente às crescentes demandas que lhe impõem a sociedade moderna, a educação se vê ante o desafio de repensar as concepções de autoridade sem abrir prerrogativa para o resgate das posturas autoritárias que marcaram o processo formativo, tanto na escola quanto na família, ao longo da história. Coloca-se numa delicada posição de depurar o conceito de autoridade, situar sua relevância e, ao mesmo tempo, anular o risco da mera apologia. Essa é a grande armadilha que se interpõe no caminho daqueles que suspeitam da necessidade da autoridade na relação educativa e que buscam compreender os seus parâmetros e a sua legitimidade.

No universo das teorias que fundamentam a educação do século XX, em especial daquelas oriundas da psicologia, a tensão entre as concepções de autoridade, liberdade, autoria e autonomia ora se configura em um discurso que se omite com relação ao papel do educador, eclipsado pela ênfase na exclusiva ação da criança como produtora de aprendizagem, ou ora se apresenta mesmo como perspectiva de negação da autoridade, inadvertidamente concebida como autoritarismo³.

A visibilidade dessa tensão favorece o entendimento de que a crise da autoridade no mundo moderno se origina e se desenvolve sob o patrocínio das abordagens teóricas da educação ou das novas propostas advindas da psicologia. A despeito de essa ser uma parte da verdade, não se constitui a verdade inteira, pois é notório que a razão que explica os fenômenos humanos possui uma historicidade que não se desvincula dos eventos que marcam a trajetória da humanidade. Portanto, a perda do sentido de autoridade da qual se ressentia a educação, e que se explicita na formulação de suas propostas teóricas, se concretiza numa perspectiva de totalidade como um fenômeno histórico, político e cultural.

Nesse aspecto é que se destaca o pensamento de Hannah Arendt para a educação. Ao empreender uma reflexão a respeito da história política da condição humana, Arendt possibilita a apreensão dos nexos que constituem as concepções e os conceitos envolvidos no fenômeno educativo. No caso específico da questão da autoridade, atenta para as categorias implicadas no dimensionamento de sua crise, ou seja, a perda das noções de público, de passado e de tradição. Entretanto, a despeito de aparentemente remeterem a uma perspectiva conservadora, o apego de Arendt a tais noções implica o compromisso do homem com a história de seu processo de humanização que, para ela, só se estabelece a partir do princípio da pluralidade, descrito como *vida comum* ou *vida em comum*, e do vínculo entre as gerações. A tradição não se insere como rito apenas, mas como um meio de manutenção da essência daquilo que se constitui como mediação entre o homem e sua cultura, entre o ser e sua condição (ARENDRT, 2001a).

Ainda, permite constatar que a perda do sentido da ação do educador frente à criança torna-se parte da expressão de um fenômeno que implica perdas mais substanciais e profundas, que culminam com a alienação⁴ da natureza, do mundo social e, por fim, do próprio homem.

Nesse contexto, as palavras, os conceitos, os significados, os valores e as relações humanas tornam-se impregnados dos sentidos impressos pela nova ordem política econômica e social da modernidade. Com o desenvolver da história, a emergência dessa nova ordem subverte, desintegra e fragmenta as antigas noções, além de introduzir outras novas. A alienação do mundo e da ação humana sobre ele acaba por implicar na perda do sentido de história, de passado comum, e na fragmentação dos conceitos e valores. Por consequência da alienação, o espírito humano e a própria natureza tornam-se reféns do círculo vicioso de produção, manutenção e reprodução da expropriação.

Assim é que a noção de autoridade, como elemento mediador das relações entre as gerações e das ações educativos entre sujeitos, perde seu sentido de totalidade e se apresenta na esfera da aparência e da representação, entendida apenas no âmbito da coação pela persuasão ou pela violência. A autoridade também se torna objeto da alienação. Sua concepção ganha materialidade, apenas, na constatação da crise social gerada por sua falta ou na manipulação das ações imediatas que, no âmbito subjetivo, permitam à racionalidade pragmática manter as perspectivas de previsão, predição e controle da conduta.

Hannah Arendt enfatiza que o conceito de autoridade só se reveste de sentido pleno quando se articula à noção de público e, portanto,

quando se investe dos princípios da totalidade e da pluralidade. Destituída desses princípios constitutivos a autoridade se converte em mero gesto motor, mobilizado pela emergência de necessidades imediatas ou impregnado pela intenção última de manipulação do poder. Sobrepe-se ao seu caráter formativo e transitório o valor instrumental de sua presença ou ausência nas relações entre os homens.

Perdido o sentido de compromisso e responsabilidade para com os caminhos trilhados no passado e afastados os limites demarcados pela autoridade, a humanidade se mostra vulnerável tanto às experiências de autoritarismo no governo e na educação quanto à silenciosa banalização do mal e da barbárie que se opera na constituição da cultura.

As reflexões de Arendt permitem observar que a lacuna da autoridade na experiência da formação humana representa um alto preço a ser pago pela humanidade, em especial quando o estabelecimento do governo e dos limites para a convivência resvalam para o mais torpe autoritarismo, como se verifica na experiência nazista. Permitem também constatar que, ao contrário do que poderia se supor, a ausência da autoridade não implica maiores possibilidades de autonomia e liberdade. Antes, a autoridade parece se apresentar como um requisito cuja existência e a posterior superação forjam o homem capaz de governar-se a si mesmo e de usufruir da liberdade enquanto um princípio universal para todos.

Notas

- ¹ Analisando em especial os problemas educacionais norte-americanos, mas entendendo que as bases da crise são universais, Arendt (2001a, p. 223) afirma que o entusiasmo e a confiança na excelência do novo criam o ambiente propício para a polarização entre o velho mundo pertencente aos adultos e as novas possibilidades postas na criança. Assim, a criança torna-se o ponto de partida e de chegada da revolução que tem como mote a utopia da educação.
- ² Segundo Arendt (2001a, p. 230), a ênfase nos grupos de iguais, como um aparente antídoto contra a autoridade, envolve um outro agravante, vez que ao manter a criança sob domínio de seu grupo, a cultura moderna favorece o seu afastamento do universo do adulto. O mundo criado pelos mais velhos torna-se estranho à criança e, no limite, representa uma realidade a que deve negar de modo sumário.
- ³ Essa afirmação resulta de um estudo anterior a respeito das concepções de indisciplina escolar (ROURE, 2000), no qual a autoridade foi investigada como uma das categorias explicativas do processo de ordenação da conduta no âmbito educacional. Tal estudo permitiu constatar que, para se compreender a trajetória da relação educativa, na qual se insere a problemática da indisciplina, seria necessário entender o lugar histórico da autoridade do educador na construção da autonomia cognitiva e moral da criança.
- ⁴ Deve-se ressaltar que o conceito de alienação do mundo, desenvolvido em *A condi-*

ção humana (ARENDT, 2001a, p. 260-9), remete à noção que Max Weber enseja em *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1996).

Referências

ARENDT, H. *Entre o passado e futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001a.

ARENDT, H. *A vida do espírito: o pensar, o querer, o julgar*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

COSTA, A. M. M. *Autoridade e legitimidade*. In: KEHL, M. R. (Org.). *Função fraterna*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

ROURE, S. A. G. de. *Concepções de indisciplina escolar e limites do psicologismo na educação*. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2000.

ROURE, S. A. G. de. *Educação e autoridade*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Porto: Presença, 1996.

Abstract: this essay aims to reflect about the conception of authority that is constructed for the education. It is necessary, mainly, to understand the trajectory of this education since the modernity, in a perspective which allows to analyse the connections that are established between the authority of the educator and the general sense of this authority. So, we, start from the reflections of Hannah Arendt about the factors involved on the loss of the authority sense and its crisis in the education.

Key words: *authority, education, educator*

* Doutora e Mestre em Educação. Professora na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. Psicóloga.